

A capacitação dos agricultores na visão do Pronaf

Carlos Luiz Gandin, Djalma Rogério Guimarães e Carlos Nery Romagna Cavalheiro

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – representa, para a agricultura familiar, um marco. Com ele as ações no meio rural são desenvolvidas de forma integrada, principalmente para formação e capacitação dos agricultores, promoção da cidadania, geração de trabalho e renda, organização comunitária, acesso ao crédito, gestão social, assistência técnica e extensão rural. Assim, o Pronaf torna mais dinâmicos o desenvolvimento rural e o amadurecimento social da agricultura familiar.

Com o objetivo de aprimorar os conhecimentos e as habilidades profissionais dos agricultores familiares, conselheiros municipais, técnicos e demais atores do desenvolvimento, o Pronaf agregou ao crédito e à infraestrutura os componentes de apoio tecnológico e capacitação gerencial, para melhorar a viabilidade das propostas produtivas.

A capacitação dos agricultores familiares e dos pescadores artesanais, juntamente como os demais agentes do desenvolvimento, vem a proporcionar uma melhoria da gestão das propriedades agrícolas, maior consciência ecológica e ambiental, implantação de novos empreendimentos, principalmente na área da indústria artesanal de alimentos, aumentos na produtividade, melhoria da qualidade dos produtos oferecidos ao mercado consumidor e geração de

novos empregos e renda.

A Epagri é a principal parceira do Pronaf na execução da capacitação, mas, recentemente, o Pronaf delegou à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – a execução da pesquisa agropecuária para atender às demandas da agricultura familiar. O montante de recursos aplicados no Estado para a capacitação soma, desde 1996, aproximadamente R\$ 11,5 milhões. Dentro desta linha de ação, o Pronaf também apóia a execução de projetos e estudos, geração e difusão de conhecimentos, prestação de assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia para os agricultores familiares catarinenses. Afinal, busca-se a elevação do nível de capacitação, de acordo com a estratégia do desenvolvimento sustentável, e a elevação da qualificação técnico-profissional dos agricultores em produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização.

O Observatório do Agronegócio, por sua vez, é um projeto-piloto do Instituto Cepa/SC em parceria com o Pronaf, que contribui, também para a capacitação, contando, para tanto, com a parceria da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – Udesc –, através do Centro Agroveterinário de Lages – CAV. Para a sua constituição e para a implementação de suas atividades técnicas foi formada uma equipe técnica que atua no monitoramento do agronegócio, na capacitação de recursos humanos para a gestão de agronegócios e foi constituída uma rede virtual para intercâmbio de informações entre os parceiros institucionais e os beneficiários do projeto, que são os agricultores familiares e os pequenos empreendedores.

Já a gestão social visa a capacitação dos conselheiros municipais, principalmente em áreas de desenvolvimento rural

sustentável, de construção de processos participativos de planejamento, elaboração, execução, monitoramento e avaliação de planos municipais de desenvolvimento rural e de efeitos de gestão social nos conselhos municipais. No ano de 2000 foram capacitados 316 conselheiros Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR – na construção de processos participativos, enquanto que em 2002 a capacitação dos conselheiros dos 74 municípios contemplados com o Pronaf/Infra-Estrutura foi realizada mediante consórcio liderado pela Epagri/Fundagro, contando com a participação do Instituto Cepa/SC, da Cidasc, Fetaesc, Faesc e outras.

No ano de 2001, para os técnicos dos municípios que ingressaram na linha de ação Infra-Estrutura e Serviços Municipais, foi oferecido um Curso de Formação de Agentes Locais em Desenvolvimento Rural Sustentável, Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local (multiplicadores do Pronaf), com carga horária de 476 horas-aula (244 teóricas e 232 práticas), para dois participantes por município, mediante uma parceria do Instituto Interamericano de Ciências Agrárias – IICA –, Udesc e Instituto Cepa/SC. Apoiaram esta iniciativa a Epagri, a Fetaesc, a Ocesc e a Faesc.

Com o curso, os multiplicadores do Pronaf são habilitados a contribuir para consolidar as linhas de atuação do Pronaf nos municípios; consolidar os CMDR; fortalecer as redes de organizações dos beneficiários do Pronaf; dar apoio técnico à elaboração dos Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR – de gestão participativa; articular e integrar o PMDR e projetos comunitários com outras iniciativas de desenvolvimento local; estabelecer meca-

nismos de monitoria, avaliação e revisão dos PMDR de gestão participativa e desenvolver eventos de capacitação, de curta duração, para profissionais envolvidos com a execução do Pronaf nos municípios. Os técnicos capacitados foram selecionados, nos municípios, pelo Instituto Cepa/SC, o IICA e a Udesc, com indicação dos diversos segmentos da comunidade local, como sindicatos, cooperativas, associações, prefeituras, câmara municipal e outros setores ligados à agropecuária, ao desenvolvimento local e à agricultura familiar.

Sabe-se que ainda há escassez de recursos financeiros do Pronaf para atender a todas as demandas da capacitação no Estado e que a pesquisa agropecuária desenvolvida pela Embrapa nem sempre atende às demandas específicas da agricultura familiar catarinense, mas pode-se afirmar que a estratégia de desenvolvimento proposta pelo Pronaf tem como objetivo central a transformação da agricultura familiar. Com enfoque participativo no âmbito das comunidades, envolvendo tanto os beneficiários quanto os parceiros responsáveis pelo processo decisório e executivo do programa, será possível torná-lo mais eficiente e eficaz para o desenvolvimento.

Enfim, os agricultores familiares e os pescadores artesanais capacitados, com os conhecimentos adquiridos, sentem-se em condições de enfrentar os desafios do mundo em mudanças e tornam-se aptos a permanecer na atividade rural em condições dignas, ao mesmo tempo em que os jovens capacitados, gradativamente, integram-se à condução dos empreendimentos familiares com perspectivas de um futuro melhor.

Através de suas parcerias, o Pronaf propõe-se a fortalecer a agricultura familiar, propor-

cionando aos agricultores e suas famílias condições para que possam continuar vivendo no meio rural, com dignidade, liberdade e satisfação, com as opções de trabalho e renda necessárias à prosperidade. Estes elementos atuam como força motriz multiplicadora dos esforços e dos recursos existentes, possibilitando o desenvolvimento e a segurança social e econômica para os cidadãos nas comunidades em que vivem.

Carlos Luiz Gandin, eng. agr., M.Sc., Epagri, C. P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-5500, fax: (048) 239-5597, e-mail: clg@epagri.rct-sc.br; **Djalma Rogério Guimarães**, eng. agr., M.Sc. Epagri/Pronaf/Instituto Cepa/SC, C. P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3939, fax: (048) 334-2311, e-mail: pronaf@icepa.com.br e **Carlos Nery Romagna Cavalheiro**, eng. agr., M.Sc. Epagri/Pronaf/Infra-Estrutura, C. P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3905, fax: (048) 334-2311, e-mail: nery@epagri.rct-sc.br.

A complexa recuperação da triticultura brasileira e catarinense

Tabajara Marcondes

Breve retrospectiva

O trigo, no plano nacional e estadual, é uma das culturas que mais perderam importância em termos de área e produção. De uma situação de quase auto-suficiência em meados dos anos 80, o Brasil passou a ser um dos maiores importadores mundiais nos últimos anos. Isto aconteceu por algumas razões. Uma delas é que o governo mudou radicalmente sua forma de intervir na atividade. Por várias décadas teve um completo controle sobre compras, preços e distribuição

do produto; em muitas oportunidades fixava aos produtores preços bastante remuneradores e desvinculados dos do mercado internacional, o que estimulava muito a produção interna. A partir do início dos anos 90, deixou o mercado praticamente livre, intervindo apenas esporadicamente na comercialização.

Outras razões, durante o mesmo período, foram a ampliação da abertura comercial brasileira e o acordo do Mercosul, que tornaram o mercado interno bastante atraente para os exportadores de trigo e facilitaram as importações, acirrando a concorrência com o produto nacional e ajudando a desestimular ainda mais o plantio interno.

Além destas razões, uma outra teve grande importância durante um bom período do Plano Real: foi a sobrevalorização da moeda nacional. Isto também ajudou a comprometer ainda mais a capacidade competitiva da triticultura nacional, que, até pelos subsídios de alguns países à produção e à exportação de trigo, já não era das melhores.

A Argentina, por sua grande tradição na produção e no mercado internacional do trigo, foi quem mais se beneficiou desta situação. Por apresentar preços bastante competitivos, dispor de produto de boa qualidade, beneficiar-se com a isenção de tarifas que incidem sobre as importações de outras origens (o que decorre do acordo do Mercosul) e pela proximidade geográfica tem sido, em vários dos últimos anos, quase que a única origem das importações brasileiras de trigo.

A partir do início de 1999, com a grande desvalorização da taxa cambial brasileira, que se acentuou ainda mais no transcorrer de 2002, houve uma sensível melhora da competitividade do produto nacional.